

# Manifesto do negócio social orientado à educação

**Carlos Jacobino Lima**

Mestre em Ciência da Informação, Universidade de Brasília (UnB), Brasília, Distrito Federal, Brasil

Fundador da Inkluziva Foundation, Zug, Suíça

<http://lattes.cnpq.br/6333193852064430>

E-mail: [carlos.jacobino@gmail.com](mailto:carlos.jacobino@gmail.com)



Submetido em: 11/12/2023. Aprovado em: 11/12/2023. Publicado em: 03/04/2024.

A concepção de que o universo está em um constante estado de fluxo é o fundamento filosófico que este Manifesto adota para tratar da complexidade da educação. O movimento dos elementos que estão presentes no contexto educacional torna as inter-relações nesse sistema extremamente dependentes e fundamentalmente instáveis. Tal condição significa que, para avançar individualmente no aprendizado e ser capaz de sobreviver e prosperar nesse ambiente, é necessário um modelo interacional que não coloca o estudante e a pedagogia como únicos pontos de partida. Ao contrário, grupos sociais e setoriais maiores, como a família, a instituição de ensino, a comunidade e o território político, geográfico, econômico e tecnológico têm legitimidade como parte de uma síntese educacional, em especial aqueles aspectos responsáveis pela equidade entre os atores pertencentes ao ambiente educacional: igualdade econômica, ensino adaptativo e individualização da aprendizagem.

A dinâmica contida no sistema ganhou visibilidade com o Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova, quando os educadores de 1932 apontaram que a educação estava baseada em uma estrutura injusta e assimétrica, em que as oportunidades educacionais não eram iguais. O caminho apontado no documento era firme em defender que as chances de uma pessoa entrar no mercado de trabalho ou de se preparar para a cidadania democrática ou de alcançar amplo florescimento como ser humano, não deveriam estar fixadas nas circunstâncias de seu nascimento, como classe social, religião, raça e gênero, moralmente arbitrarias.

Esse cenário não apenas vai ao encontro do significado da democracia, mas constitui o próprio conceito, pois o exercício da plena cidadania – condição determinante de sucesso ou fracasso do regime democrático – depende da educação. Em consequência, pode-se afirmar que a educação é um bem valioso para os indivíduos e para a sociedade, especialmente, para as sociedades democráticas que se beneficiam de trabalhadores produtivos, com visão competente, crítica e criativa, aptos a participar dos processos de decisão em ambientes de governança compartilhada.

Isso torna particularmente importantes as questões sobre como o acesso a oportunidades educacionais de alta qualidade devem acontecer, pois o tema de fundo é alcançar a democracia por meio da educação. Essa discussão pode se dar em torno de três fatores principais sobre as ofertas educacionais igualitárias.

Tais fatores são a gênese das novas estratégias de ensino, em especial, da educação mediada por tecnologia, um dos pilares deste manifesto. O primeiro fator é a escassez de oferta de alta qualidade. O segundo fator é o lugar da educação nas sociedades modernas e o terceiro fator o papel crítico do setor privado.

Antes de avançar, contudo, cabe caracterizar o que é uma oportunidade educacional igualitária. Quando um grupo específico enfrenta apenas os obstáculos explícitos em relação ao objetivo educacional pretendido, como, por exemplo, um exame de seleção, pode-se dizer que a igualdade de oportunidades prevalece entre os membros desse grupo. No entanto, o grupo não tem oportunidades iguais se algum membro enfrentar um obstáculo implícito em relação ao objetivo educacional pretendido como, por exemplo, o risco à própria sobrevivência por condições econômicas adversas. Os obstáculos implícitos descartam membros do grupo de uma oportunidade educacional igualitária e, por isso, todos os esforços devem ser empreendidos para removê-los, sob o risco de comprometimento da própria democracia. Nos cenários implícitos, está o contexto familiar, que pode trazer consigo desvantagens próximas ao intransponível, se a sociedade não se mobilizar na busca de soluções. A quem cabe corrigir essa situação social, apenas ao Estado, mesmo considerando que toda a sociedade deve estar envolvida?

A oportunidade educacional igualitária se direciona rumo ao conceito de educação inclusiva, uma concepção de ensino contemporânea cujo objetivo é garantir a educação de todos, promovendo a igualdade de oportunidade pela inclusão e respeito à diversidade. O conceito nasceu na valorização das diferenças das pessoas, na diversidade social, étnica, cultural, física ou intelectual, enfim, na abundância de pluralidades existentes. Esse Manifesto adota o conceito amplo de diversidade humana para a educação inclusiva, sobretudo como consequência de restrições econômicas, em busca de uma sociedade mais justa e participativa e cujos princípios lavrados são: (i) toda pessoa tem o direito de acesso à educação; (ii) toda pessoa aprende; (iii) o processo de aprendizagem de cada pessoa é singular; (iv) o convívio no ambiente escolar comum beneficia todos; e (v) a educação inclusiva diz respeito a todos (Diversa, c2022). Em adição, a educação inclusiva, para ser efetiva, precisa estar alinhada com as dimensões das políticas públicas, da gestão do ensino, de estratégias pedagógicas e da família, demandando e envolvendo, dessa maneira, a ação direta de diferentes atores e esferas sociais das comunidades externa e interna ao processo educacional, que se relacionam de modo interdependente e interagente.

Voltando ao primeiro fator da discussão, que trata da escassez de ofertas educacionais de alta qualidade, observa-se que o financiamento da educação está sempre em competição com a necessidade de fornecer aos cidadãos outros bens sociais, como habitação, saúde, cultura, segurança e alimentação, tornando assim a educação de alta qualidade – mesmo em sociedades desenvolvidas – escassas até certo ponto. A escassez é evidente sobretudo em países em desenvolvimento, desde a educação primária e secundária até a educação superior.

Diante dos obstáculos implícitos, que afetam as oportunidades educacionais igualitárias, as alternativas aos modelos clássicos (esses últimos que se mostram incapazes de ter impacto social expressivo no cenário complexo) devem ser consideradas a fim de alcançar justiça social e econômica. A escassez da oferta educacional, em síntese, impede que os jovens participem do mercado de trabalho, da governança democrática e, de maneira mais geral, de levar uma vida próspera.

No nível político e estratégico, a Organização das Nações Unidas apresentou, dentre os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), um especialmente voltado à educação de qualidade que preconiza assegurar a oferta de educação inclusiva, equitativa e de qualidade como também promover oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todos. O ODS 4 (ONU, c2023, *online*) traçou sete metas até 2030, dentre elas, “garantir que todas as meninas e meninos completem o ensino primário e secundário [...] com resultados de aprendizagem relevantes e eficazes”; “[...] assegurar a igualdade de acesso para todos os homens e mulheres à educação técnica, profissional e superior de qualidade, a preços acessíveis, incluindo universidade”; e “aumentar substancialmente o número de jovens e adultos que tenham habilidades relevantes, inclusive competências técnicas e profissionais, para emprego, trabalho decente e empreendedorismo” e o número de “alunos [...] [com] conhecimentos e habilidades necessárias para promover o desenvolvimento [...]” de valores sociais e sustentáveis.

O segundo fator trata do lugar da educação nas sociedades modernas. No século XVI, Thomas Hobbes escreveu sobre o materialismo, a concepção de que tudo no mundo é de natureza exclusivamente física, que nada sem substância pode existir, e que tudo no universo tem comprimento, largura e profundidade. A pujante correnteza da evolução do conhecimento humano, no entanto, viu florescer com a tecnologia, a sociedade da informação, amparada na intangibilidade das inovações que surgiram desde o final dos anos 1970 e originada na capacidade do computador em revolucionar o mundo, com base na fusão da informação com a comunicação e na conectividade global. Os antigos limites do mundo físico foram ampliados para os ambientes virtuais, que na abundância das pequenas revoluções tecnológicas, em fluxo contínuo desde os protocolos que popularizaram a internet, têm agora à disposição as tecnologias de imersão persistente que emulam o mundo físico por meio de um mundo digital, criando um sentimento sensorial circundante que aproxima a experiência humana, também, nos processos de ensino e aprendizagem.

É o metaverso. Um ambiente multiusuário que funde a realidade física com a virtualidade digital, baseado na convergência de tecnologias que permitem interações multissensoriais em ambientes virtuais. É uma teia de espaços colaborativos de realidade virtual e realidade aumentada, acomodados em ambientes imersivos sociais, interconectados a partir de plataformas multiusuários persistentes, que permite ao usuário incorporado, interações dinâmicas com artefatos digitais, em tempo real.

Carrega o potencial de desencadear transformações em diversos setores da economia, em especial, na educação, de onde poderão surgir experiências de aprendizagem formal e informal ricas e híbridas em *campi* virtuais. De fato, a expectativa é de que o aprendizado no metaverso transpasse em definitivo a fronteira final entre conexão social e aprendizagem, por meio de processos pedagógicos portadores de futuro que levarão à educação igualitária.

As palavras de Foucault (2013, p. 115) ajudam a traduzir a abstração do metaverso desse Manifesto:

[há] lugares reais, lugares efetivos, lugares que são desenhados na própria instituição [...] espécies de lugares que estão fora de todos os lugares, embora sejam efetivamente localizáveis. [...] do fundo desse espaço virtual do outro lado do vidro, eu retorno a mim e recomeço a dirigir meus olhos a mim mesmo e a me reconstituir ali onde estou.

Esse lugar virtual torna-se importante ferramenta para complementar as novas estratégias e ofertas de educação igualitária e inclusiva. Ao voltar o olhar (i) à necessidade de remover os obstáculos implícitos aos objetivos educacionais, (ii) ao reconstruir a imanente missão social em busca do bem comum, (iii) à demanda de desenvolver planos de aprendizagem personalizados, (iv) à crescente diversidade de alunos em vários ambientes educacionais, e (v) à possibilidade de educação e a interação à distância em uma escala revolucionária, a educação de qualidade e inclusiva não poderá prescindir do alcance de ambientes tecnológicos de última geração, tampouco ignorar o potencial de revolução nas inter-relações e no contexto educacional que estes ambientes irão provocar. Para essa última frase, vale trazer as palavras do educador John Dewey (1859-1952).

Haverá quase uma revolução na educação escolar quando o estudo e a aprendizagem forem tratados não como aquisição do que os outros sabem, mas como desenvolvimento de capital a ser investido em ávida vigilância em observar e julgar as condições em que se vive. No entanto, até que isso aconteça, estaremos mal preparados para lidar com um mundo cuja característica marcante é a mudança. (Dewey, 1944, p. 463, tradução nossa)<sup>1</sup>.

Para muitos estudiosos da educação, a tecnologia é fundamental para solucionar questões sociais mais amplas, sendo, de fato, a forma de lidar com as desigualdades educacionais e sociais. Por essa razão é crucial o empenho em reduzir a exclusão digital, como preparação para o passo seguinte de avançar na interação mediada pela tecnologia ou, especificamente, na educação mediada pela tecnologia, compreendendo as questões de como obter uma melhor compreensão da complexidade dos ambientes de aprendizagem presencial e remoto. Entre elas, identificar os fatores que influenciam a interação mediada pela tecnologia, as diferenças do ensino presencial e remoto, as questões culturais envolvidas e as estruturas necessárias a partir das características identificadas.

---

<sup>1</sup> Original: "There will be almost a revolution in school education when study and learning are treated not as acquisition of what others know but as development of capital to be invested in eager alertness in observing and judging the conditions under which one lives. Yet until this happens, we shall be ill-prepared to deal with a world whose outstanding trait is change." (Dewey, 1944, p. 463).

O terceiro fator refere-se ao papel crítico do setor privado na educação mediada por tecnologia, que remete, *sine dubio*, ao conceito de negócios sociais, ou seja, negócios como mecanismos para a solução de problemas sociais. São soluções de negócios para problemas socioambientais em que se admite a distribuição de lucro – na interpretação dos pesquisadores Stuart Hart (Cornell University) e Michael Chu (Harvard University) – já que isso possibilita atrair mais investidores e permite implementar as soluções no ritmo necessário para superar os obstáculos identificados. As receitas obtidas devem cobrir os custos operacionais, tornando a empresa financeiramente autossustentável e lucrativa. O modelo financeiro do negócio social deve resolver o problema para o qual foi criado; reverter os lucros no próprio negócio (ou em outro que apoie dar escala e intensificar à solução); garantir a circulação de recursos para fortalecimento da empresa e remunerar os acionistas.

O negócio social não é totalmente diferente de uma empresa tradicional. É o encontro da filantropia, da sustentabilidade financeira e do empreendedorismo e é medido sobretudo pelo impacto positivo causado na vida de pessoas atendidas pelo negócio. Eles estão transformando paulatinamente a sociedade, combinando o dinamismo e a eficiência dos negócios tradicionais com a consciência e o propósito da governança ambiental, social e corporativa. Assim como qualquer outro modelo de negócio, ele também precisa gerar lucro e, mesmo na linha de pensamento do pioneiro Muhammad Yunus—que defende que investidores não devem obter lucro de negócios sociais, essas empresas seguem alguns princípios básicos: trabalham em rede de parcerias (que resulta na adoção da governança multinível neste Manifesto); está alinhada às políticas públicas; está atenta às questões ambientais; preocupa-se com a cadeia produtiva na qual está inserida e combate o trabalho indigno.

De fato, os negócios sociais são o futuro, uma vez que sua estratégia e lógica de presença na sociedade movimenta-se a partir da crença de que a tradicional divisão entre Estado, sociedade e empresas privadas não ajuda a diminuir as desigualdades sociais. Para concretizar sua estratégia, o negócio social tem como princípios: (i) compensação cruzada, que diz respeito a favorecer a aquisição de serviços ou produtos de uma certa comunidade a partir de outra comunidade; (ii) taxas de serviço, que se refere à possibilidade dos beneficiários pagarem preços acessíveis diretamente pelo produto ou serviço oferecido pela empresa; (iii) capacitação, que trata de salários justos, desenvolvimento de habilidades e treinamentos para os beneficiários, que são os próprios funcionários; (iv) age como intermediário do mercado, facilitando sua expansão; (v) conecta mercados, que é facilitar as transações entre beneficiários e novos mercados, entre patrocinadores e proponentes de novos projetos sociais; (vi) apoia iniciativas paralelas e (vii) apoia projetos dos participantes do negócio, que tangenciam aquela iniciativa social.

Esse é o tripé do Manifesto do Negócio Social da Educação: a preocupação com a escassez da oferta de alta qualidade, o novo lugar da educação nas sociedades modernas e o papel essencial do setor privado nessa conjuntura. Esses são os sustentáculos da Inkluziva (2022, *online*):

[...] [o] ecossistema econômico educacional apoiado por rede de finanças descentralizada e [o] metaverso, que segue descortinando a educação como um processo ativo e construtivo, dependente do contexto que inclui os diversos atores da síntese educacional e das várias dimensões que afetam a oportunidades educacionais igualitárias, em especial, as dimensões econômica e tecnológica.

No aprofundamento da ação da Inkluziva está a consciência da importância de ações que revigorem a democracia e o papel da empresa privada em busca do bem comum, que vão muito além da geração de empregos e riqueza.

Na finalização desse Manifesto, está a visão de Anísio Teixeira (1984, p. 685) sobre a educação e democracia:

Há educação para alguns, há educação para muitos e há educação para todos. A democracia é o regime mais difícil das educações, a educação pela qual o homem, todos os homens e todas as mulheres aprendem a ser livres, bons e capazes [...] A justiça social, por excelência, da democracia, consiste nessa conquista da igualdade de oportunidades pela educação. Democracia é, literalmente, educação.

---

## REFERÊNCIAS

DEWEY, John. The Later Works, 1925-1953. Illinois: Southern Illinois University Press, v. 17 (1885-1953: Miscellaneous Writing), p. 451-465, 1991.

DIVERSA. Princípios. [S. l.:s. n.], c2022. [Instituto Rodrigo Mendes]. Disponível em: <https://diversa.org.br/principios/>. Acesso em: 26 jun. 2023.

FOUCAULT, Michel. De espaços outros. Tradução: Ana Cristina Arantes Nasser. Estudos Avançados, São Paulo, v. 27, n. 79, p. 113-122, 2013. Seção Espaço na Vida Social. Título Original: Of other spaces (1967).

INKLUZIVA. Litepaper 1.0.0. Inkluziva.org. 2022. Disponível em: <https://inkluziva.org/wp-content/uploads/2022/09/litepaper-pt.pdf>. Acesso em: 26 jun. 2023.

ONU - Organização das Nações Unidas. Objetivo 4: educação de qualidade. c2023. Disponível em: <https://unric.org/pt/objetivo-4-educacao-de-qualidade-2/>. Acesso em: 26 jun. 2023.

TEIXEIRA, Anísio. Educação e cultura na constituição do estado da Bahia. Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos. Rio de Janeiro, v. 65, n. 151, p. 685-696, set./dez. 1984.